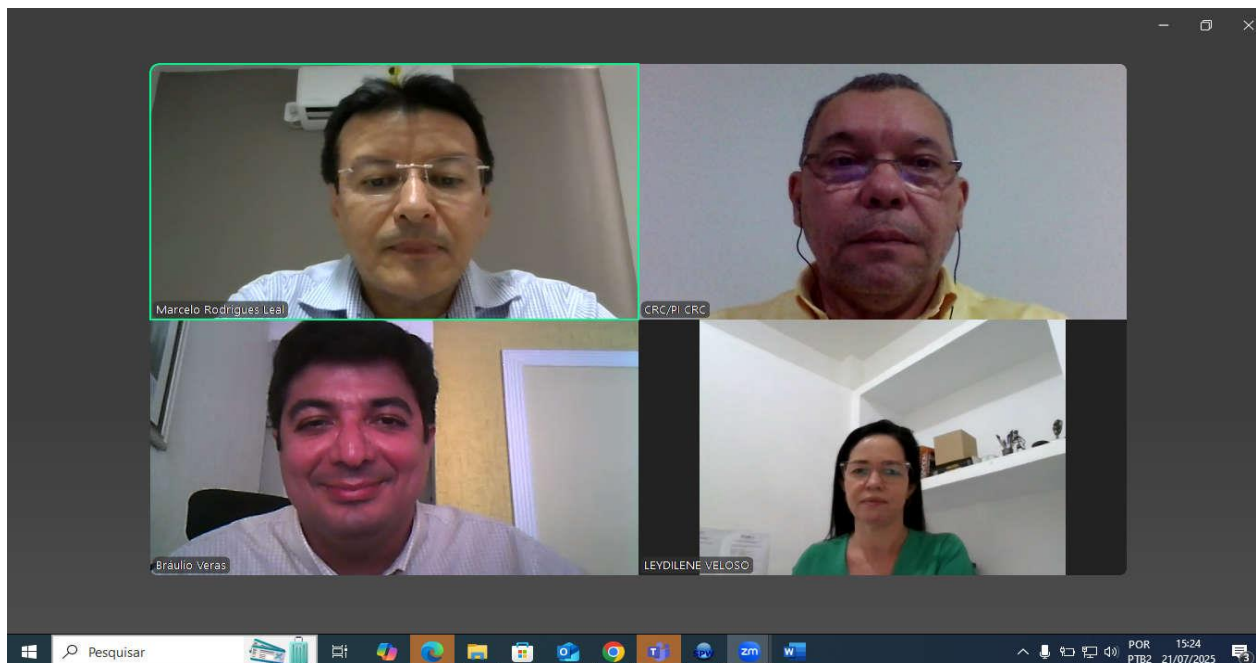


**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO  
PIAUI, CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ATA 309ª  
(TRECENTÉSIMA NONA) REUNIÃO 21.07.2025.**

Às 15h 16 min (Quinze horas e dezesseis minutos) do dia vinte e um de julho do ano de dois mil e vinte cinco, reuniram-se no formato de videoconferência, a Câmara de Ética e Disciplina, com a participação dos conselheiros: Conselheiras(os) Marcelo Rodrigues Leal, Bráulio Alex Machado Veras, Leydilene Batista Veloso e Silva. Registramos ausência sem justificativa do Conselheiro: Josias Pereira Portela. **Retirados de Pauta 01 Processo:** 2025/000039 [REDACTED] (retirados por não ter julgamento, com prazo máximo de julgamento 22/08/2025). Foram julgados 03 (três) processos, segue julgamento. Número **Processo: U-2025/000025 -** [REDACTED] - PJ-018117/K - Organização constituída para explorar como atividade principal a Contabilidade, sem registro cadastral no CRC/PI, o que identificamos por meio do CNPJ da RFB e Mídias Sociais. - Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. - **Conselheiro Vencedor: BRAULIO ALEX MACHADO VERAS** Decisão: Inicialmente cumpre esclarecer que o processo está em conformidade com a Resolução CFC 1.603/2020, que aprovou o regulamento de procedimentos processuais dos Conselhos Regionais de Contabilidade, que dispõe sobre os processos administrativos, de fiscalização e dá outras providências. A organização contábil, devidamente comunicada através de seu responsável (fl 13), não apresentou defesa e nem enviou documentos que justificassem a regularidade exigida, certidão de revelia (fl.15). Desse modo, consideramos a veracidade dos fatos a ela imputados no respectivo Auto de Infração, em sua integralidade, por descumprimento das normas do Conselho Federal de Contabilidade: DL 9.295/46-Art. 15 – Os indivíduos, firmas, sociedades, associações, companhias e empresas em geral, e suas filiais que exerçam ou explorem, sob qualquer forma, serviços técnicos contábeis, ou cargo tiverem alguma seção que a tal se destine, somente poderão executar os respectivos serviços, depois de provarem, perante os Conselhos de Contabilidade que os encarregados da parte técnica são exclusivamente profissionais habilitados e registrados na forma da lei. Ressalte-se, que os autos se encontram com farta documentação comprobatória e idônea que não deixam dúvidas quanto à tipificação da infração praticada. Assim, nenhuma outra opção nos é dada, senão a de pugnar pela aplicação das normas legais pertinentes à matéria, vez que a infração está sobejamente caracterizada. É o parecer. Por essas razões, opino pela aplicação das penalidades impostas, tendo em vista que foram deixados de observar, pelo profissional, os dispositivos destacados. Neste caso a imputação de multa de quatro anuidades, de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais), totalizando o valor de **R\$ 2.348,00** (Dois mil trezentos e quarenta e oito reais), de acordo com Alínea "b" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, com arts. 56 e 57, da Res. CFC n.º 1.603/2020, e com a Res. CFC 1.744/24. É como voto. **Aprovado por Unanimidade.** Número **Processo: U-2025/000036 -** [REDACTED] - PI-000966/O - Manter a Organização Contábil: [REDACTED], CNPJ [REDACTED], CRC- PI-[REDACTED] O, sem averbação da alteração contratual no CRC-PI, o que identificamos por meio de CNPJ da Receita Federal do Brasil e Ficha Sociedade Contábil/Empresário. Alterar o endereço para a Av. Universitária, 75 Fátima, Sala – 719. A alteração pode ser feita através do e-mail: registro@crcpi.org.br . Base Legal: Alínea "b" do art. 27 do DL 9.295/46, com art. 56 e 57, da Res. CFC 1.603/2020 e com a Res. CFC nº 1.709/2023.

Notificação 2025/000015. - Organização: art.15 do DL n.º 9.295/1946 e com art. 6º, § 1º, e art. 21 da Res. CFC 1.708/2023. - **Conselheiro Vencedor: LEYDILENE BATISTA VELOSO E SILVA** Decisão: Após análise detalhada do processo em questão, considerando os argumentos apresentados, adocumentação e as circunstâncias do caso, chego à seguinte conclusão: O processo refere-se à manutenção da organização contábil [REDACTED], que inicialmente não havia feito à devida averbação da alteração contratual no CRC-PI. No entanto, a própria organização realizou a atualização cadastral, conforme protocolo e documentação anexada, demonstrando a regularização da situação. Além disso, a defesa apresentada foi tempestiva, e não há registros de antecedentes que agravem a situação. A situação financeira da organização também está regular, o que reforça a ausência de prejuízos ou irregularidades graves. Diante do exposto, e considerando o disposto no art. 77 da Resolução CFC 1.603/2020, voto pelo arquivamento deste processo, pois a regularização foi efetuada e não há elementos que justifiquem a aplicação de penalidades mais severas neste momento. Este é o meu parecer, recomendando o arquivamento do processo. **Aprovado por Unanimidade.** Número **Processo: U-2025/00002** [REDACTED] - ME - PJ-017378/K - Organização contábil constituída para explorar e tendo como atividade principal a Contabilidade, notificado não realizou o registro cadastral no CRC/PI, identificada por meio do CNPJ da RFB e Redes Sociais - Organização: art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. - **Conselheiro Vencedor: MARCELO RODRIGUES LEAL** Decisão: Inicialmente cumpre esclarecer que o processo está em conformidade com a Resolução CFC 1.603/2020, que aprovou o regulamento de procedimentos processuais dos Conselhos Regionais de Contabilidade, que dispõe sobre os processos administrativos, de fiscalização e dá outras providências. A organização contábil devidamente notificada, não apresentou defesa (fl 16) e nem enviou documentos que justificassem a regularidade exigida. Desse modo, consideramos a veracidade dos fatos a ela imputados no respectivo Auto de Infração, em sua integralidade, por descumprimento das normas do Conselho Federal de Contabilidade, senão vejamos: DL 9.295/46-Art. 15 – Os indivíduos, firmas, sociedades, associações, companhias e empresas em geral, e suas filiais que exerçam ou explorem, sob qualquer forma, serviços técnicos contábeis, ou a seu cargo tiverem alguma seção que a tal se destine, somente poderão executar os respectivos serviços, depois de provarem, perante os Conselhos de Contabilidade que os encarregados da parte técnica são exclusivamente profissionais habilitados e registrados na forma da lei. Ressalte-se, que os autos encontram-se com farta documentação comprobatória e idônea que não deixam dúvidas quanto à tipificação da infração praticada, além de também caracterizar penalidade prevista no código de ética do profissional. É o parecer. Por essas razões, opino pela aplicação das penalidades impostas, tendo em vista que foram deixados de observar os dispositivos destacados. Neste caso a imputação de multa de 02 (duas) anuidades de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais) cada, totalizando o valor de **R\$ 1.174,00** (mil, cento e setenta e quatro reais), de acordo com alínea "b" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, com arts. 56 e 57, da Res. CFC n.º 1.603/2020 e com a Res. CFC de multas, taxas e anuidades vigente. É como voto. **Aprovado por Unanimidade.** Esgotada a pauta, os trabalhos foram encerrados às 16h 05min (dezesseis horas e cinco minutos). A presente ata foi redigida por mim, Sérgio de Almeida Melo, Gerente de Fiscalização que a assino após sua aprovação, juntamente com o Conselheiro Josias Pereira Portela, Vice Presidente da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina e demais membros da câmara, de acordo com a presença virtual abaixo:



## Membros

---

Conselheiro Contador Marcelo Rodrigues Leal  
Membro da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do CRC/PI

---

Conselheiro Contador Bráulio Alex Machado Veras  
Membro da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do CRC/PI

---

Conselheira Contadora Leydilene Batista Veloso e Silva  
Membro da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do CRC/PI

---

Contador – Sérgio de Almeida Melo  
Coordenador Substituto da Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina do CRC/PI